

A TERRITORIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA CIDADE DE SÃO PAULO - SP¹

SANTOS, Betania²
ANDRADE, Adriano³

RESUMO

Este trabalho é uma pesquisa bibliográfica com análise documental que investiga a territorialização da violência contra a mulher na cidade de São Paulo, a partir de uma perspectiva geográfica e do conceito de território como espaço definido por relações de poder, conforme proposto por Souza (1996). O objetivo principal é analisar como a violência de gênero se manifesta espacialmente no território urbano paulistano, considerando fatores políticos, econômicos, sociais e históricos que influenciam a distribuição e a tipologia da violência. A pesquisa utiliza dados provenientes de Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), Secretaria da Mulher, Núcleos de Direitos Humanos e tribunais, buscando compreender como as desigualdades estruturais e a urbanização contribuem para a persistência de agressões. Os resultados revelam que a violência contra a mulher é intensificada em áreas de alta vulnerabilidade social, especialmente nas zonas leste e sul da capital, onde há maior escassez de serviços públicos e infraestrutura. Além disso, o estudo aponta para a influência de fatores culturais e discursos digitais de ódio que perpetuam a desigualdade de gênero. Por fim, destaca-se a importância da Lei Maria da Penha como marco legal no enfrentamento dessa realidade e a necessidade de políticas públicas territorialmente sensíveis para garantir maior proteção às mulheres.

Palavras-chave: Mulher, território, violência, poder, sociedade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar a violência contra a mulher na sociedade a partir do conceito de território. Por meio dessa lente analítica, é possível observar como a ação humana modela a superfície terrestre e se manifesta a partir de relações de poder. A questão da mulher, desdobrada numa perspectiva geográfica, dos diversos tipos de violências e desigualdades que se apresentam atualmente e como eles se relacionam no território da cidade de São Paulo.

Neste trabalho, adota-se a definição de território proposta por Souza (1996, p. 111), que o conceitua como “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Esse, serve de base para o entendimento, é estruturante da problemática aqui

¹ Trabalho de conclusão de curso (TCC).

² Licenciatura em Geografia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP); Guarulhos; São Paulo; geografia.betania@gmail.com.

³ Mestre em Geografia e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA, estágio de pós-doutoramento em Geografia pela UnB; Prof. do Curso de Licenciatura em Geografia do IFSP, Campus São Paulo; São Paulo; adriano.andrade@ifsp.edu.br.

apresentada a partir da perspectiva de poder e dominação exercida por homens na sociedade.

Por meio da Geografia pode-se estudar a espacialização e a persistência dessa violência que assola a vida da mulher de diversas formas. Mais propriamente, a territorialização (característica de análise dos estudos em Geografia) expressão espacial das relações de poder, autonomia e desenvolvimento presentes na sociedade. Assim, como as demais relações sociais, a violência contra a mulher se dá sob bases territoriais.

Para a pesquisa aqui apresentada trabalha-se com o recorte espacial da cidade de São Paulo, um dos maiores centros urbanos da América Latina, que enfrenta desafios significativos no que diz respeito à violência contra a mulher. A territorialização dessa violência revela como as dinâmicas sociais, econômicas e culturais se entrelaçam e impactam diretamente as experiências das mulheres em diferentes regiões da cidade. A urbanização e a diversidade sociocultural de São Paulo criam um cenário complexo em que a violência de gênero se manifesta de formas variadas. Fatores como pobreza, falta de acesso a serviços públicos, e desigualdade socioeconômica são determinantes que influenciam a prevalência e as características da violência contra a mulher.

Nos estudos geográficos, entende-se a importância do espaço, mais especificamente para mediar a conjuntura do trabalho se faz necessário entendimento do conceito, este transforma-se em território por meio da ação política e usos decorrentes. A busca pelo domínio dos espaços e pelo poder sobre os territórios permeia a história da humanidade. Aproximando o contexto da história do Brasil, e mais especificamente de São Paulo, esse domínio se vinculou ao gênero masculino, intensificando-se através de discursos e políticas. Assim, houve uma conjecturada apropriação do espaço pelo gênero masculino, sustentada por autoritarismo e violência, criando raízes difíceis de serem superadas, que se revelam nos inúmeros casos de violência de homens contra mulheres na sociedade.

O homem imprimiu suas marcas na sociedade, cujas raízes podem ser observadas até os dias atuais. Uma dessas marcas é a ideologia de superioridade masculina, que confere uma "liberdade" aos homens, permitindo-lhes desfrutar de confortos gerados pela exploração das mulheres, seja no âmbito econômico, social, sexual ou em outros aspectos. Esta exploração manifesta-se principalmente por meio da violência, elemento central desta pesquisa.

A violência é a forma de perpetuar o poder e garantir o controle e autonomia do agressor sobre a vítima. A violência contra a mulher é um fenômeno complexo e multifacetado, que afeta milhões de mulheres em todo o mundo, ela se manifesta de diversas formas, incluindo violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, suas raízes estão entrelaçadas com normas culturais, desigualdades sociais, históricas, e dinâmicas de poder que persistem a discriminação de gênero e influenciam a trajetória da mulher. No contexto da violência contra a mulher, existe a continuidade de estereótipos de gênero e a normalização da violência, que desempenham um papel crucial na luta por igualdade civil..

A violência é frequentemente observada por cidadãos e explicitada pela mídia, ainda assim, costuma ser negligenciada por sistemas sociais (como o Estado) que perpetua comportamentos abusivos. A falta de educação sobre questões de gênero e direitos humanos, aliada à impunidade para agressores, cria um ambiente propício para a continuação desse ciclo de violência.

Observa-se que, à medida que os direitos das mulheres avançam, surgem grupos masculinos que disseminam discursos de ódio, especialmente nas mídias digitais. O algoritmo, por sua vez, impacta principalmente crianças e adolescentes por meio de vídeos, podcasts e outros, em programas/plataformas, promovendo a objetificação da mulher. Grupos como Red Pill, Sigma e Incel, presentes nas redes sociais, manifestam um profundo desprezo por mulheres, em especial aquelas que desafiam os padrões

conservadores. Esse ódio se propaga com mais facilidade quando os homens percebem suas posições de poder e privilégio ameaçadas pelas conquistas femininas. É nesse contexto que emerge a violência, alimentada por discursos que incentivam a violência contra as mulheres e comprometem a luta pela igualdade.

Mesmo diante de educação pautada na temática conforme estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), campanhas de conscientização, leis e políticas governamentais contra a violência masculina, persistem índices alarmantes, revelando uma “guerra” que as mulheres enfrentam diariamente a fins de autonomia, mesmo estando inseridas no território. Abuso e assédio parece ser normalizado quando praticado com vítimas mulheres, e o Estado, enquanto instrumento de manutenção da lei, permanece negligente em diversos casos. É fato que “aqueles que detêm o poder e o sentem escorregar por entre as mãos, sejam eles o governo ou os governados, encontraram sempre dificuldade em resistir à tentação de substituí-lo pela violência” (ARENDT apud SOUZA, 1985:49).

Trata-se nesta pesquisa da espacialização da Violência Contra Mulher enquanto territorialização das relações de violência de gênero, que em São Paulo se realça através de diferentes dimensões.

A violência contra a mulher é um fenômeno multifacetado que se intensifica em contextos de vulnerabilidade social, econômica e territorial. Em áreas de alta vulnerabilidade, como favelas e periferias especialmente nas zonas leste e sul da cidade de São Paulo, a escassez de infraestrutura e o acesso limitado a serviços essenciais como saúde, educação, segurança e apoio jurídico agravam a situação das mulheres, conforme discutido no capítulo 3 desta pesquisa. Além disso, em territórios marcados por conflitos armados, crises humanitárias, disputas por terra e migração forçada, a violência adquire contornos ainda mais complexos, atingindo especialmente mulheres deslocadas que enfrentam múltiplas formas de insegurança. A dimensão econômica também é determinante, pois a pobreza e a desigualdade de acesso ao mercado de trabalho e à educação ampliam a dependência financeira das mulheres em relação aos seus agressores, dificultando sua autonomia. Mesmo em bairros de classe média e alta, onde há maior acesso a mecanismos de proteção, muitas mulheres continuam subordinadas a relações violentas, reforçadas pela estrutura territorial. Ademais, fatores culturais e sociais exercem forte influência na perpetuação da violência, especialmente em comunidades conservadoras, onde a denúncia é desestimulada e o sistema de justiça, muitas vezes, carece de preparo e sensibilidade para lidar com as questões de gênero. Esses elementos revelam como a violência contra a mulher está profundamente enraizada nas desigualdades estruturais do espaço urbano e social.

Quando se trata de violência de gênero, deve-se ressaltar uma importante política de combate a violência, elaborada no Brasil e evidenciada mundialmente, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que trouxe importantes contribuições e avanços significativos. A Lei Maria da Penha trata especificamente da violência doméstica e familiar contra a mulher, e o Art. 7º enumera algumas das formas de violências que as mulheres podem sofrer, são elas, dentre outras, as violências física, psicológica, sexual, patrimonial ou sexual.

É importante conhecer os atributos históricos e geográficos para lidar com o problema da violência que persiste no território de São Paulo. Isso envolve compreender como esse processo se desenvolveu na sociedade e como se manifesta espacialmente na atualidade, essa compreensão será decisiva para os resultados deste trabalho. As perspectivas de abordagem pretende a discussão da problemática presente explícita no texto, a fins de viabilizar políticas públicas futuras, de certo, acrescentar a discussão sobre bases geográficas.

OBJETIVOS

À luz da problemática e sucintas considerações conceituais, tem-se como questão central que norteia essa pesquisa: Como se territorializam as relações de violência contra mulher na cidade de São Paulo?. Secundariamente, pergunta-se também: De que forma a localização espacial e as diferentes relações territoriais do cotidiano influencia na tipologia e no volume de casos de violências sofridas por mulheres na cidade de São Paulo?

Nesse sentido, acredita-se preliminarmente que, a territorialização das relações de violência contra a mulher na cidade de São Paulo é influenciada por fatores geográficos (políticos, econômicos, sociais e históricos), resultando em padrões de violência que variam significativamente entre diferentes regiões da cidade.

Objetiva-se fundamentalmente analisar como a territorialização das relações de violência contra a mulher manifestam-se na cidade de São Paulo, identificando as características regionais que influenciam a incidência e os tipos de violência. Tem-se como objetivo secundário observar as especificidades da violência contra mulher na cidade de São Paulo, como a territorialização das relações de poder se manifestam na vida da mulher, e a eficácia das políticas públicas implementadas para o enfrentamento desse problema.

METODOLOGIA

Para compreender a territorialização das relações de violência contra a mulher na cidade de São Paulo, este trabalho adota uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. O estudo tem como recorte espacial o município de São Paulo, um dos maiores centros urbanos da América Latina, onde se concentram diferentes expressões da violência de gênero. A metodologia compreende três etapas principais: (1) levantamento teórico por meio de revisão bibliográfica de autores da Geografia e estudos sobre violência de gênero; (2) análise documental a partir de dados secundários provenientes de órgãos públicos, como Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Núcleos de Direitos Humanos e Tribunais de Justiça; e (3) sistematização e análise crítica dos dados, com base na articulação entre as informações empíricas e os conceitos de território e relações de poder. Não se trata de pesquisa de campo com aplicação de questionários, mas de um estudo interpretativo com base em fontes oficiais e acadêmicas. A organização do trabalho segue uma estrutura dividida em três capítulos, além da introdução e das considerações finais: o Capítulo 1 discute o conceito de território e sua aplicação na cidade de São Paulo; o Capítulo 2 aborda os tipos de violência contra a mulher e seus condicionantes históricos e sociais; o Capítulo 3 analisa a territorialização da violência no contexto paulistano, com base nos dados coletados e na espacialização das desigualdades observadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental e a espacialização dos dados da pesquisa demonstraram que a violência contra a mulher na cidade de São Paulo apresenta características territoriais, evidenciando padrões desiguais entre as regiões. As zonas leste e sul, marcadas por vulnerabilidade socioeconômica e carência de infraestrutura, concentram os maiores índices de violência, apesar da presença de alguns equipamentos públicos. Mapas do GeoSampa e dados do Mapa da Desigualdade 2023 revelaram que, mesmo onde há serviços de apoio, como delegacias especializadas e centros de referência, esses são insuficientes diante da complexidade social local. Além disso, observou-se que os casos de violência não se restringem às áreas periféricas: bairros nobres também registram feminicídios, estupros e abusos, o que reforça a ideia de que a violência de gênero está enraizada nas relações de poder, não apenas na condição econômica.

As representações sociais, reforçadas pela mídia e redes sociais, contribuem para a violência simbólica e psicológica, especialmente entre adolescentes expostos a conteúdos misóginos. A análise territorial evidenciou ainda a atuação desigual das políticas públicas, muitas vezes ineficazes ou pouco acessíveis às mulheres em situação de risco. Os dados reforçam a urgência de políticas públicas integradas, territorializadas e sensíveis às especificidades locais, considerando que a desigualdade de gênero atravessa as dimensões física, simbólica, institucional e cultural do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO

A violência contra a mulher, ao ser analisada pela perspectiva geográfica e territorial, revela-se como um fenômeno estrutural, profundamente enraizado nas desigualdades sociais, econômicas, culturais e simbólicas que atravessam o espaço urbano da cidade de São Paulo. A partir da articulação entre os conceitos de território, poder e dominação, esta pesquisa demonstrou como diferentes formas de violência física, simbólica, psicológica, sexual, moral e patrimonial se manifestam de maneira diferenciada conforme a localização espacial e as dinâmicas regionais.

A análise documental, os dados oficiais e os mapas temáticos permitiram compreender como o território paulistano é marcado por disparidades profundas: enquanto algumas regiões contam com maior presença de equipamentos públicos e serviços especializados, outras enfrentam ausência ou precariedade desses recursos, agravando a condição de vulnerabilidade das mulheres. Ainda assim, constatou-se que a violência não se restringe às áreas periféricas ou economicamente desfavorecidas, mas ocorre também em contextos de classe média e alta, o que evidencia sua abrangência e complexidade.

A superação da violência contra a mulher exige o enfrentamento de um sistema estrutural que perpetua o machismo e a desigualdade, sendo fundamental reconhecer o papel do espaço geográfico na produção e na reprodução dessas violências.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Adriano Bittencourt Expansion of Violence in modern times In: 34th International Geographical Congress, 2021, Istambul. **Anais do 34 IGU**, 2021. Referências adicionais: Turquia/Inglês. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://https://igc2021.org]. Texto expandido no prelo (EGAL República Dominicana, 2023).
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. **Guia de serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. São Paulo: SMDHC, 2023.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Perspectivas sociais e de emprego no mundo – Tendências 2023. Genebra, 2023.
- SANTOS, Milton, 1926-2001. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos**. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: entre o poder e a solidariedade. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.